GABINETE DO SUBPREFEITO

Ata | Documento: 160701525

São Paulo, 07 de julho de 2026.

ATA DA 2ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2026 - DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL

Aos 16 dias do mês de junho de 2026, às 19h30 horário de Brasília, reuniu-se em primeira chamada, a Segunda Reunião Plenária Extraordinária de 2026 do Conselho Participativo Municipal, CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DE VILA PRUDENTE / PARQUE SÃO LUCAS, no auditório da Subprefeitura de Vila Prudente localizada na Avenida do Oratório, 172, bairro de Vila Prudente, na cidade de São Paulo, nos termos da Lei 15.764/2013, regulamentada pelo Decreto 59.023/2019 e Portaria nº002/PREF/CC/SERS/2020, sob coordenação do Conselheiro Sr. Ivani de Oliveira Rosente.

Foi realizada a verificação de quórum, constatando-se a presença de 08 (oito) conselheiros (as), e o interlocutor do Conselho Participativo Municipal de Vila Prudente / Parque São Lucas, conforme lista que se segue:

Função	Nome	Presente	Ausente
Conselheira	Alaide Pereira da Silva		X
Conselheira	Catia Alves da Silva	X	
Conselheira (Secretária)	Deyse Flavia do Nascimento	X	
Conselheira	Erica dos Santos		X
Conselheiro	Francisco Castro Rodrigues	X	
Conselheiro (Coordenador)	Ivani de Oliveira Rosente	X	
Conselheiro	Rogerio Bueno de Lima	X	
Conselheira	Rosangela Correa	X	
Conselheira (Secr.adjunta)	Sueli Jacondino de Oliveira	X	
Conselheiro	Thiago Catalani de Paula	X	
Conselheiro	Willian Amâncio dos Santos		X
Interlocutor	Douglas Félix	X	

Faltas abonadas : Alaide Pereira da Silva, Erica dos Santos e Willian Amancio dos Santos,

PAUTA ÚNICA: PRIORIZAÇÃO DAS OBRAS DO ORÇAMENTO CIDADÃO 2027

1. Abertura da reunião

A reunião foi aberta pelo Coordenador Ivani, que saudou os presentes e esclareceu tratar-se da 2ª Reunião Extraordinária do ano de 2026, com gravação para fins de conferência e registro.

Na abertura, foi mencionada a presença de Douglas Felix, interlocutor do Conselho e Chefe de Gabinete da Subprefeitura, que foi convidado a prestar esclarecimentos sobre demandas relacionadas às obras e propostas em discussão, especialmente sobre o chamado “Castelinho”.

2. Esclarecimentos sobre o Castelinho
Interlocutor Douglas Felix informou que realizou levantamento acerca do Castelinho, diante da dúvida existente sobre eventual condição de patrimônio histórico. Segundo seu relato, o equipamento não se trataria de patrimônio histórico tombado, o que afastaria, em princípio, a necessidade de trâmite especial próprio de bens tombados.

Foi explicado que, conforme levantamento realizado, a estrutura do Castelinho seria visualmente inclinada ou “torta”, mas não necessariamente indicativa de risco estrutural imediato, tendo sido mencionado que o local precisaria de restauração.

Em seguida, a Conselheira Rosangela Correa apresentou contraponto, informando a existência de documentos e relacionados ao tema, inclusive laudo da Defesa Civil, no qual teria sido apontado risco de desabamento e recomendação de demolição prioritária.

A Conselheira Sueli Jacondino também registrou que a demanda do Castelinho é antiga e que haveria processos SEI em andamento ou anteriores relacionados à situação, citando os Processos SEI nº 6060.2024/0002561-5 e SEI nº6060.2025/0000427-0, reforçando a necessidade de análise documental mais aprofundada e atualizada. Foi ponderado que, caso realmente exista risco de desabamento, trata-se de situação que exige atenção prioritária, especialmente pelo potencial risco à população.

A Conselheira Rosangela procedeu a leitura de trecho de documento datado de 28 de janeiro de 2025, no qual constaria referência à vistoria realizada por equipe técnica da Defesa Civil, com conclusão sobre risco de desabamento e recomendação de demolição da estrutura.

Interlocutor Douglas Felix orientou que os documentos e informações fossem encaminhados pelos canais oficiais, especialmente por e-mail institucional, para que pudessem ser analisados e remetidos ao engenheiro Lucas, a fim de verificar a situação técnica atual e prestar esclarecimentos posteriores ao Conselho.

3. Demandas de recapeamento, zeladoria e obras viárias

Durante a reunião, foram mencionadas demandas de recapeamento e zeladoria, inclusive a Rua Ipomeias, Proposta 959, além de outras solicitações apresentadas por munícipes e conselheiros.

Interlocutor Douglas Felix explicou que o recapeamento na cidade segue fluxo próprio, com avaliação técnica das vias, considerando critérios como tipo de via, passagem de ônibus, caráter estrutural ou coletor e quantidade de solicitações existentes. Informou que há uma lista extensa de demandas já encaminhadas e que a Subprefeitura pode consultar processos e verificar a situação de cada pedido.

Foi explicado que, quando uma rua já recebeu recapeamento, também deve ser observada eventual garantia do serviço executado, para avaliar se nova intervenção seria cabível ou se haveria necessidade de providência diversa.

Sra. Neusa / Municipe: defendeu a Proposta nº 2639, referente ao recapeamento da Rua Paraibuna, e, mencionou que sua rua se encontra com aparência de "colcha de retalhos", com muitos remendos, e solicitou que a demanda fosse considerada no Orçamento Cidadão. Houve também referência as calçadas , sendo esclarecido que, em regra, as calçadas são de responsabilidade do proprietário/morador, com exceção das calçadas públicas.

4. Orientações sobre uso do estacionamento da Subprefeitura

Interlocutor Douglas Felix informou que todos os veículos que adentram o espaço da Subprefeitura estão sujeitos a procedimento de cadastramento e registro fotográfico.

Explicou que tal procedimento decorre de medida de segurança, mencionando episódio anterior envolvendo servidora de carreira, razão pela qual solicitou a colaboração dos presentes.

Foi advertido que, caso o procedimento não seja respeitado, poderá haver restrição de uso do estacionamento, permanecendo disponível apenas o estacionamento inferior ou outra forma de controle.

5. Propostas de revitalização de praças e espaços públicos

Sra. Áurea Cristina Costa, munícipe, fez uso da palavra para defender propostas de revitalização de espaços públicos, com destaque para a Proposta nº 3073, relacionada à Praça Orlândia/Areião, localizada na região da Rua Francisco Mesquita.

A proposta referente ao chamado "Areão" foi apresentada como demanda de revitalização de praça utilizada por crianças, famílias e moradores da comunidade, com necessidade de melhoria das condições gerais de uso, segurança e lazer. Foram apontadas, entre as necessidades do local: melhoria da segurança; instalação de gradil ou cercamento; adequação do espaço para uso infantil; cobertura ou melhoria da quadra; inclusão e acessibilidade; proteção contra risco de atropelamento; e melhoria geral do espaço de convivência e lazer.

A munícipe também defendeu a Proposta nº 2619, referente à Praça Salim Lahud, solicitando sua revitalização, especialmente por se tratar de praça localizada próxima a unidade escolar e utilizada por crianças e famílias do entorno. Destacou a necessidade de instalação de brinquedos voltados à primeira infância, implantação ou recuperação de grama, execução de contenção ou barreira para evitar o carreamento de terra e materiais em dias de chuva, além de melhorias em bueiros, drenagem e segurança.

Registrou-se, ainda, que, segundo a manifestação apresentada, a região da Vila Prudente teria sido pouco contemplada por intervenções anteriores, em comparação com outros bairros do território, razão pela qual foi solicitado ao Conselho um olhar mais atento às praças, áreas de lazer e espaços públicos locais.

6. Debate sobre critérios de priorização das propostas do Orçamento Cidadão 2027

O Coordenador Ivani Rosente abriu discussão sobre a forma de priorização das propostas do Orçamento Cidadão 2027, informando que era necessário definir quais propostas seriam indicadas pelo Conselho.

Foi ressaltado que, conforme informação lida em reunião, o ciclo do Orçamento Cidadão previa a possibilidade de priorização de até 15 propostas pelo Conselho, com prazo de encerramento na sexta-feira, 19 de junho de 2026.

Também foi mencionado que, após a priorização, as propostas passariam por análise técnica, jurídica e financeira, em período posterior, para verificação de viabilidade e eventual inclusão no projeto orçamentário.

Coordenador Ivani Rosente destacou a preocupação com o prazo e com eventuais dificuldades de sistema, afirmando que, como coordenador, não poderia deixar a decisão para o último momento, sob pena de risco de perda do prazo.

A Conselheira Sueli Jacondino ponderou que, embora fosse necessário avançar no sistema, a decisão final deveria ser mais refletida, com diálogo entre os conselheiros, considerando as particularidades de cada proposta, a urgência, a viabilidade técnica, a possibilidade de aproveitamento de recursos remanescentes e a necessidade de contemplar áreas como saúde, assistência social, esporte, CDCs e zeladoria.

Sueli sugeriu que as propostas fossem analisadas com maior critério e que, se possível, a definição fosse concluída em reunião posterior, na quinta-feira, para que os conselheiros tivessem tempo de cruzar informações, ouvir conselheiros com maior conhecimento setorial e evitar decisão apressada.

Foi discutida a possibilidade de subir previamente propostas ao sistema e depois ajustar ordem ou priorização. Houve divergência quanto à funcionalidade do sistema, tendo sido relatadas dificuldades de simulação e incerteza sobre a possibilidade de alteração posterior da ordem das propostas.

7. Debate sobre recursos remanescentes e uso estratégico do orçamento

Durante a discussão, foi mencionado que, além do Orçamento Cidadão 2027, poderia haver valor remanescente de obras anteriores ou recursos ainda disponíveis para execução de outras intervenções, respeitada a viabilidade técnica, jurídica, financeira e os prazos de contratação e execução.

Conselheira Sueli Jacondino destacou que o Conselho deveria tratar tais recursos com critério, evitando decisões improvisadas e priorizando demandas urgentes, inclusive de assistência social, saúde e equipamentos públicos.

Interlocutor Douglas Félix ponderou que, em relação a eventual saldo remanescente, seria necessário verificar o prazo de execução, o risco de perda do recurso, a possibilidade de contratação, o tipo de objeto e a secretaria competente.

Foi sugerido que, para a área de assistência social, seria importante ouvir a SMADS ou órgão técnico competente, a fim de compreender melhor quais equipamentos são mais urgentes, viáveis e adequados ao território.

8. Propostas e demandas da Assistência Social

A Conselheira Deyse Flávia, realizou exposição detalhada sobre a rede de assistência social, explicando a função de diferentes equipamentos e serviços:

8.1. CRAS : explicou que o CRAS — Centro de Referência de Assistência Social é a porta de entrada da assistência social, sendo responsável pelo atendimento inicial das famílias, cadastro para benefícios e serviços, como Bolsa Família, vagas de creche, escola e demais atendimentos sociais.

Foi registrado que há necessidade de fortalecimento do CRAS no território, inclusive com menção à insuficiência de estrutura física, equipamentos e condições adequadas de atendimento.

8.2. CCA : Foi explicado que o CCA — Centro para Crianças e Adolescentes atende crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e 11 meses, em contraturno escolar, não como reforço escolar, mas com atividades socioeducativas, culturais, de cidadania, convivência, prevenção de violência e formação social.

Deyse relatou que esses serviços cumprem papel essencial na identificação de situações de violação de direitos envolvendo crianças e adolescentes, inclusive casos de violência doméstica, abuso, negligência e vulnerabilidade social.

8.3. NCI : explicou que o NCI — Núcleo de Convivência para Idosos atende idosos, promovendo convivência, atividades físicas, dança, acolhimento, escuta, fortalecimento de vínculos e acompanhamento por equipe técnica.

Foi ressaltado que há idosos sozinhos, desamparados ou vítimas de violência patrimonial e familiar, o que evidencia a urgência de ampliar a rede de proteção social para essa população.

8.4. ILPI : Foi explicado que a ILPI — Instituição de Longa Permanência para Idosos é serviço de proteção especial, voltado a idosos sem família, em situação de abandono ou vítimas de violência, que necessitam de acolhimento permanente ou prolongado.

A Conselheira Deyse Flávia, esclareceu a diferença entre os serviços de proteção básica, como CRAS, CCA e NCI, e serviços de proteção especial, vinculados a situações mais graves de violação de direitos.

8.5. CREAS e proteção especial : Também foi mencionado o CREAS — Centro de Referência Especializado de Assistência Social, responsável por atendimentos de média e alta complexidade, quando há violação de direitos ou necessidade de acompanhamento especializado.

8.6. Necessidade territorial : A Conselheira Deyse afirmou que o território necessita de ampliação e fortalecimento da rede de assistência social, com implantação de novos equipamentos e melhor estrutura para atendimento da população. Destacou, especialmente, a necessidade de mais CRAS, mais CCA, mais NCI, além de eventual serviço voltado ao atendimento de idosos em situação de maior vulnerabilidade, bem como equipamentos adequados para acolhimento e acompanhamento das demandas sociais.

Também foi mencionada a necessidade de análise técnica acerca de serviços como SAICA, SACC ou outro equipamento socioassistencial citado durante a reunião, devendo a sigla correta e a proposta correspondente serem conferidas com os registros oficiais e com a política pública aplicável.

A Conselheira relatou que a população do território vem crescendo, o que tem provocado aumento significativo da demanda social, com situações graves envolvendo crianças, adolescentes, idosos, famílias em vulnerabilidade, mulheres vítimas de violência e pessoas em situação de desproteção social.

Deyse também manifestou preocupação com as dificuldades de comunicação, tramitação e encaminhamento das demandas junto à SMADS/SBADS, relatando que os trabalhadores da assistência social enfrentam entraves burocráticos para efetivação dos serviços e respostas necessárias, apesar dos esforços realizados pela Subprefeitura, pelo interlocutor e pelo próprio Conselho Participativo Municipal.

Por fim, foi registrada a necessidade de verificar a existência de terrenos ou imóveis municipais disponíveis no território que possam receber equipamentos de assistência social, especialmente NCI ou serviços integrados, de modo a ampliar a capacidade de atendimento e estruturar respostas permanentes às demandas sociais da região.

9. Debate sobre propostas de saúde

Durante as falas, a Conselheira Sueli Jacondino mencionou reunião anterior com a Supervisão de Saúde e demonstrou preocupação com a viabilidade das propostas de saúde apresentadas.

Foi relatado que algumas propostas podem ser tecnicamente inviáveis se apresentadas de forma ampla demais, citando como exemplo proposta relacionada a UBS do Parque São Lucas, parque/estrutura de ciência ou equipamento que demandaria muitos itens, podendo ultrapassar a lógica e os limites do Orçamento Cidadão.

Também foi mencionado que determinadas UBSs poderiam apresentar propostas mais viáveis, com recortes específicos de reforma ou adequação, como melhorias de estrutura, chão, instalações ou equipamentos, conforme avaliação da Supervisão de Saúde.

Sueli destacou que o Conselho está em processo de aprendizado institucional sobre como melhor formular as propostas para aumentar as chances de aprovação técnica e financeira.

10. Parque Municipal das Linhas Correntes

Foi discutida proposta 941 relacionada ao Parque das Linhas Correntes.

Interlocutor Douglas Felix informou que a área ainda seria de propriedade privada e que, por esse motivo, não seria possível executá-la diretamente pelo Orçamento Cidadão como se fosse área pública disponível.

Conselheira Sueli Jacondino, ponderou que a área foi objeto de discussão no Conselho Gestor do Parque Ecológico e que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente estaria tratando do tema, inclusive com perspectiva de judicialização, em razão da existência de DUP - Decreto de Utilidade Pública e do interesse público na criação do parque.

Foi debatido se a inclusão da proposta entre as 15 prioridades poderia servir como demonstração de vontade do território e dar visibilidade à causa, ainda que

houvesse risco de exclusão por inviabilidade técnica ou jurídica.

Interlocutor Douglas Felix, ponderou que, como o número de propostas é limitado, seria necessário avaliar se valeria a pena ocupar uma das 15 vagas com proposta que, de antemão, poderia ser considerada inviável por envolver área privada e processo ainda não concluído.

Conselheira Sueli Jacondino, destacou que, em outros casos, a priorização pelo CPM teria contribuído para demonstrar o desejo da população e fortalecer a reivindicação perante secretarias competentes.

11. Discussão sobre CDCs, esporte e Secretaria Municipal de Esportes

Na parte final da reunião, compareceu representante identificado como RG - Rogerio Gomes, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes, que explicou ter chegado mais tarde por estar em agenda anterior na região de São Mateus.

RG (Rogerio Gomes) colocou-se à disposição do Conselho para participar de uma próxima reunião com mais tempo e afirmou que a Secretaria de Esportes tem interesse em se aproximar da Subprefeitura, do CPM e dos CDCs da região de Vila Prudente e São Lucas , a fim de dialogar sobre demandas, obras e projetos esportivos.

Foi mencionado que há muitos CDCs no território, além de centro esportivo e outras estruturas que poderiam receber atenção da Secretaria.

Foram levantadas dúvidas sobre obras já aprovadas em CDCs, mas ainda não executadas como CDC Darly e CDC California. RG (Rogerio Gomes) explicou que obras públicas podem sofrer atrasos por questões burocráticas, licitação, contestação de edital por empresas, necessidade de análise pela Procuradoria, empenho, levantamento técnico e demais etapas administrativas.

Foi citado que, em alguns casos, a execução pode demorar por discussões internas sobre o uso do espaço, ampliação de quadras ou manutenção de atividades tradicionais, como bocha, até que haja definição técnica e administrativa.

Sueli destacou que, além do Orçamento Cidadão, o território deve ser contemplado por ações da Secretaria de Esportes e mencionou a Meta 88 do plano de metas da gestão municipal, solicitando que a Secretaria olhe com mais atenção para Vila Prudente/São Lucas.

O Interlocutor Douglas Félix, e a Conselheira Catia Alves , sugeriram que o território seja contemplado também com eventos, circuitos, esportes radicais, atividades esportivas e programas da Secretaria, não apenas com obras oriundas do Orçamento Cidadão.

RG (Rogério Gomes) afirmou que a partir da reunião buscará estreitar o relacionamento com o Conselho e a Subprefeitura, mencionando que a Secretaria Municipal de Esportes Erika Coimbra também tem interesse em participar e se envolver nas futuras reuniões.

12. Obras de CDC aprovadas anteriormente e necessidade de acompanhamento

Foi questionado como a Secretaria de Esportes poderia ajudar para que obras eventualmente priorizadas pelo CPM no Orçamento Cidadão sejam executadas em prazo mais célere do que obras aprovadas anteriormente e ainda não iniciadas.

RG (Rogerio Gomes) respondeu que a Secretaria precisa acompanhar mais de perto cada obra, desde o levantamento técnico, elaboração de projeto, documentação, licitação e tramitação administrativa, inclusive pelo sistema próprio da Secretaria.

Foi explicado que, quando uma obra trava, é necessário identificar a razão do bloqueio, seja licitação, contestação, parecer técnico, documentação ou outra etapa do processo.

Também foi mencionado que a Secretaria possui grande número de obras e contratos ativos, razão pela qual a priorização e o acompanhamento político-institucional ajudam a dar andamento às demandas mais urgentes.

13. Deliberação sobre as próximas reuniões e continuidade dos trabalhos

Diante do prazo reduzido para análise, organização e priorização das propostas do Orçamento Cidadão 2027, foi debatida a necessidade de continuidade dos trabalhos do Conselho em reuniões subsequentes, a fim de permitir o fechamento da lista de propostas dentro do prazo estabelecido.

Houve o encaminhamento para realização de reunião online no dia seguinte, bem como de reunião presencial na quinta-feira, às 19h, com o objetivo de dar continuidade à análise das propostas, alinhar os encaminhamentos pendentes e concluir a lista de prioridades antes do prazo final previsto para sexta-feira.

Também foi registrado que a reunião foi prorrogada por aproximadamente 15 minutos, mediante concordância dos presentes, para possibilitar a conclusão das falas, a organização dos encaminhamentos e a participação do representante da Secretaria de Esportes, que aguardava para se manifestar sobre as propostas relacionadas à área.

14. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar dentro da pauta única da reunião extraordinária, o Coordenador agradeceu a presença dos munícipes, conselheiros e representantes presentes, reforçando a importância da participação popular nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho.

E, para constar, eu, Deyse Flavia do Nascimento, Conselheira e Secretária, lavrei a presente ata, que será submetida à apreciação e assinatura dos conselheiros.

Documento assinado digitalmente
ROSANGELA ALVES CORREA
Data: 26/06/2026 18:52:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Documento assinado digitalmente
SUELI JACONDINO DE OLIVEIRA
Data: 26/06/2026 17:46:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Documento assinado digitalmente
THIAGO CATALANI DE PAULA
Data: 26/06/2026 23:35:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Documento assinado digitalmente
ROGERIO BUENO DE LIMA
Data: 27/06/2026 12:26:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Documento assinado digitalmente
IVANI DE OLIVEIRA ROSENTE
Data: 04/07/2026 13:53:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Francisco Carlos

ASSESSORIA JURÍDICA

Despacho Autorizatório | Documento: 160728896

DESPACHO AUTORIZATÓRIO 6060.2026/0002533-3 - INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - TERMO DE FOMENTO - OBJETO: 6º ETAPA - LEGENDS BJJ BRASIL

Descrição detalhada do objeto

Apresentamos a modalidade de JIU-JITSU com metas, linguagem e metodologia diferenciadas, permitindo que praticantes de diversas equipes da capital de São Paulo possam integrar-se e vivenciar a modalidade de forma coletiva. O objetivo central é promover a integração e o intercâmbio entre diferentes polos e núcleos de Jiu-Jitsu, especialmente aqueles que atendem atletas da Classe Aspirante (fase inicial). O projeto reforça o princípio de que o Jiu-Jitsu é acessível a todos, sem distinções, sendo reconhecido mundialmente como ferramenta de transformação e desenvolvimento humano. Caráter Social do Evento Este evento foi concebido para integrar e socializar crianças, jovens, adolescentes e adultos, a maioria em fase de aprendizado. A proposta é criar um ambiente de troca de experiências e evolução, evitando a pressão competitiva excessiva. Trata-se de um festival — não uma competição convencional. Mais do que buscar vitória, o foco está no desenvolvimento técnico, emocional e social. Assim, evitam-se frustrações comuns em ambientes de disputa, fortalecendo o caráter educativo e motivacional da atividade. Todos os participantes receberão premiação exclusiva e personalizada, reforçando o sentimento de conquista e pertencimento.

Justificativa

Repasse público originado de emenda parlamentar à lei orçamentária anual, o que justifica a ausência de chamamento para o caso, através de iniciativa de contratação artística que tem por objeto o evento 6º ETAPA - LEGENDS BJJ BRASIL, no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais). A realização do evento esportivo estará valorizando todos os moradores dos locais agraciados e munícipes que ali habitam, cultivando suas tradições e mobilizando a população local e seu entorno, a conscientizar-se sobre as atividades sociais e de interesse público, bem como proporcionar dentro da programação espaços dinâmicos que contemplam a diversidade cultural e enaltece o patrimônio imaterial brasileiro.

Fundamentação legal

Art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Local de Execução

Centro Esportivo Arthur Friedenreich - Avenida Francisco Falconi nº 83, Vila Alpina, Cep 03227-000.

Aviso de Inexigibilidade de Chamamento Público

Processo nº 6060.2026/0002533-3 Interessada: INSTITUTO ASAS PARA VOAR. Assunto: Evento decorrente de Emenda Parlamentar Evento/Projeto: 6º ETAPA - LEGENDS BJJ BRASIL.

I - DESPACHO:

1. À vista dos elementos que instruem o presente, especialmente a emenda parlamentar (160698787), o parecer técnico da Comissão Especial de Eventos (160726790) que habilita técnica e juridicamente a entidade, além de analisar a economicidade e compatibilidade com valores de mercado da proposta (160696404) e o parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta (160727404), com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 57.575/2016 e na Portaria nº 021/SUB-VP/GAB/2024, **AUTORIZO** a celebração de termo de fomento entre esta Pasta e o **INSTITUTO ASAS PARA VOAR, CNPJ nº 14.101.149/0001-71**, para a realização do evento/projeto denominado **"6º ETAPA - LEGENDS BJJ BRASIL"**, com execução para os dias 17 a 19/07/2026, conforme Plano de Trabalho (160696404), que tem como montante total o valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) advindos de repasse público originado de emenda parlamentar à lei orçamentária anual, o que justifica a ausência de chamamento para o caso, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014.

2. AUTORIZO a emissão de nota de empenho no valor R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a entidade supracitada, onerando a dotação nº 69.00.69.10.13.392.4032.6.354.3.3.90.39.00.00.1.500.70 do orçamento vigente, conforme **Nota de Reserva nº 50.390/2026** (160703050).

3. DESIGNO como gestor da parceria a ser celebrada o servidor **DOUGLAS FÉLIX, RF: 947.579/6**, que, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 57.575/2016, estará incumbido de: **a)** acompanhar e fiscalizar a execução da parceria; **b)** efetuar visita "in loco", dispensada esta, em caso de incompatibilidade com o objeto da parceria; **c)** informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados; **d)** emitir parecer técnico de análise da prestação de contas no prazo definido no Termo de fomento.

4. DESIGNO como Comissão de Monitoramento e Avaliação, os servidores listados na **Portaria nº 021/SUB-VP/GAB/2024** (160696061), cuja atribuição consta da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 57.575/2016.

II. PROVIDÊNCIAS POSTERIORES:

1. PUBLIQUE-SE.

2. Após, à **SUB-VP/CAF/SF** para as providências cabíveis.

3. Em seguida, à **SUB-VP/CG** para formalização do termo de fomento, o qual somente poderá ser assinado se não houver impugnação do extrato de dispensa de chamamento público publicado D.O.C., conforme dispõe o art. 32, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.019/2014.

São Paulo, 07 de Julho de 2026

ASSESSORIA TÉCNICA

Despacho Autorizatório | Documento: 160768380

TERMO DE AUTORIZAÇÃO 057/VP/2026

PROCESSO SEI 6060.2026/0000151-5

Douglas Félix, Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Vila Prudente, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Portaria nº 009/SUB-VP/GAB/2025,

RESOLVE AUTORIZAR:

Interessado: Associação dos Moradores e Comerciantes do Bairro de Vila Zelina - AMOVIZA

Responsável: Demetrio Dimitrov Neto

Evento: FEIRA CULTURAL LESTE EUROPEIA DE SÃO PAULO

Data: 12 de julho de 2026

Local: Rua Aracati-Mirim - ao lado do Parque Ecológico de Vila Prudente